



Impactos da covid-19 em famílias de monoparentalidade feminina de um município Seridoense

Impacts of covid-19 on female single-parent families in a Municipality In The Seridó Region

Maria Emanuele do Rêgo Santos*

 <https://orcid.org/0000-0003-1488-8656>

Priscilla Brandão de Medeiros**

 <https://orcid.org/0000-0003-2183-6141>

Fernanda Kallyne Rêgo de Oliveira***

 <https://orcid.org/0009-0005-0208-1515>

Vanessa Amancio da Silva****

 <https://orcid.org/0009-0007-0223-730X>

RESUMO

A pandemia de Covid-19 apresenta-se como um fenômeno multidimensional, com impactos que perpassam o âmbito de questões biomédicas e epidemiológicas, acarretando consequências em diversos outros aspectos da vida humana, como no que se refere a questões sociais, políticas e econômicas. Nesse contexto, este estudo analisou os possíveis impactos da pandemia de Covid-19 na vida de famílias de monoparentalidade feminina que residiam no João XXIII, em Caicó /RN. Utilizando abordagem qualitativa e

*Assistente Social. Especialista em Atenção Básica pela Residência Multiprofissional em Atenção Básica da Escola Multicampi de Ciências Médicas da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN, Natal, Brasil). Residente em Saúde Materno-Infantil na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN, Natal, Brasil). E-mail: emanuelersantos@gmail.com

**Assistente Social. Mestra em Serviço Social e Direitos Sociais pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB, Campina Grande, Brasil). Doutoranda em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN, Natal, Brasil). E-mail: pbmo_4@hotmail.com

***Assistente Social. Doutora em Saúde Pública pela Universidade Três Fronteiras (UNINTER, Assunción, Paraguai). Assistente Social na Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA, Mossoró, Brasil). E-mail: fernanda.kallyne@terra.com.br

****Assistente Social. Especialista em Atenção Básica pela Residência Multiprofissional em Atenção Básica da Escola Multicampi de Ciências Médicas da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN, Natal, Brasil). Residente em Atenção Psicossocial na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN, Natal, Brasil). E-mail: amanciovanessa318@gmail.com

DOI 10.22422/temporalis.2025v25n49p466-483



© A(s) Autora(s)/O(s) Autor(es). 2025 **Acesso Aberto** Esta obra está licenciada sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR), que permite copiar e redistribuir o material em qualquer suporte ou formato, bem como adaptar, transformar e criar a partir deste material para qualquer fim, mesmo que comercial. O licenciante não pode revogar estes direitos desde que você respeite os termos da licença.

descritiva, foram aplicados um questionário sociodemográfico e uma entrevista semiestruturada a 18 mulheres do território em estudo. Os dados foram analisados por meio dos métodos de Análise de Conteúdo e do Materialismo Histórico-Dialético. Verificou-se que a Questão Social se manifesta de diversas formas no cotidiano das famílias estudadas, como em forma de pauperismo, desemprego e subemprego, violências, desmonte de políticas públicas e insegurança alimentar. Em suma, observou-se que as múltiplas formas pelas quais a Questão Social se manifesta não são problemáticas novas, pois sua gênese permanece inata na complexa e contraditória relação antagônica entre as classes sociais, entretanto a partir de transformações no meio social provocado por fenômenos como a pandemia de Covid-19, as mesmas podem se agravar ou ganhar novas configurações, demandando constantes processos investigativos e reflexivos que possam compreender suas nuances e propor estratégias para seu enfrentamento.

PALAVRAS-CHAVE

Covid-19; Serviço social; Proteção social.

ABSTRACT

The Covid-19 pandemic presents itself as a multidimensional phenomenon, with impacts that extend beyond the scope of biomedical and epidemiological issues, leading to consequences in various other aspects of human life, such as social, political, and economic matters. In this context, this study examined the potential impacts of the Covid-19 pandemic on the lives of single-parent female families residing in João XXIII, Caicó/RN. Using a qualitative and descriptive approach, a sociodemographic questionnaire and a semi-structured interview were administered to 18 women from the study area. The data were analyzed using Content Analysis and Historical-Dialectical Materialism methods. It was found that the Social Question manifests itself in various ways in the daily lives of the studied families, such as in the form of poverty, unemployment and underemployment, violence, dismantling of public policies, and food insecurity. In summary, it was observed that the multiple ways in which the Social Question manifests itself are not new problems, as its origins remain inherent in the complex and contradictory antagonistic relationship between social classes. However, with changes in the social environment caused by phenomena like the Covid-19 pandemic, these problems can worsen or take on new configurations, necessitating ongoing investigative and reflective processes to understand their nuances and propose strategies for addressing them.

KEYWORDS

Covid-19; Social Work; Social Protection.

Introdução

A pandemia de Covid-19 apresenta-se como um fenômeno multidimensional, com impactos que perpassam o âmbito de questões biomédicas e epidemiológicas, acarretando consequências em diversos outros aspectos da vida humana, como no que se refere a questões sociais, políticas e econômicas. O Brasil chegou a ser considerado epicentro mundial da pandemia e até setembro de 2023 registrou um montante de mais 37 milhões de casos confirmados e 705.172 mortes pela doença (Brasil, 2023), estando dentro deste montante a presença de importantes marcadores sociais como raça, gênero e classe social.

Além do alto número de vítimas fatais e pessoas infectadas pelo vírus, observa-se que a pandemia de Covid-19 possuiu relação direta com o aumento de pessoas em situação de maior vulnerabilidade social por agravar problemáticas preexistentes na sociabilidade capitalista, tendo na crise contemporânea sua face de perversa desumanização, acarretando dificuldade, pelos grupos socialmente mais negligenciados pelo Estado, de acesso a bens essenciais como alimentação, educação, moradia, saúde, renda e outros (CEPAL, 2020). Nesse contexto, famílias monoparentais femininas, especialmente as de baixa renda, foram estatisticamente mais afetadas, enfrentando aumento da sobrecarga de responsabilidades financeiras e emocionais, principalmente.

A Questão Social, que é compreendida como o conjunto de desigualdades sociais resultantes da contraditória relação de exploração e apropriação da força de trabalho do proletariado pela hegemonia capitalista, visualizada, principalmente, por meio do pauperismo, desemprego e subemprego, violências, desmonte de políticas públicas, insegurança alimentar e mais, teve suas múltiplas manifestações agravadas, dentre outros fatores, pelo contexto de pandemia (Iamamoto, 1999), sendo válido pontuar como fator potencializador deste cenário de crise sanitária, econômica e social em território nacional o contexto de crise política enfrentada pelo Brasil desde 2013 e agravada nos últimos anos com a ocupação, nos níveis legislativo e executivo, de políticos com ideais neoliberais que enfraquecem o Estado enquanto garantidor de direitos sociais e que desmontam, cotidianamente, políticas públicas de proteção social (Yazbek; Raichelis; Sant’ana, 2020).

Assim, este estudo se propõe a analisar os impactos da pandemia sobre famílias monoparentais chefiadas por mulheres no bairro João XXIII, em Caicó/RN, um território caracterizado por alta vulnerabilidade social. A desigualdade de gênero, raça e classe, que já era evidente antes da crise, foi acentuada durante a pandemia, criando um cenário de múltiplas privações para essas mulheres. A escolha desse grupo específico está ancorada na relevância de compreender a situação de famílias que enfrentam desafios econômicos e sociais ampliados pela sobrecarga da monoparentalidade feminina. O estudo busca problematizar teoricamente a feminização da pobreza e a marginalização dessas mulheres em contextos de crise, além de destacar empiricamente sua representatividade no cenário local. O bairro João XXIII se configura como um espaço onde essas dinâmicas são fortemente evidenciadas, refletindo a falta de políticas públicas de apoio, o aumento da insegurança alimentar, o desemprego e a precarização do trabalho.

A pesquisa teve como objetivo geral analisar os possíveis impactos da pandemia de Covid-19 na vida de famílias de monoparentalidade feminina que residiam no João XXIII, em Caicó. Metodologicamente, se caracterizou como uma pesquisa de campo de abordagem qualitativa e descritiva. A coleta de dados se deu por meio da aplicação de questionário sociodemográfico e entrevista semiestruturada, sendo o número amostral da pesquisa o quantitativo de 18 mulheres. Os métodos utilizados para análise do material qualitativo foram a Análise de Conteúdo e o Materialismo-Histórico e Dialético. Como forma de garantir a proteção ética devida às entrevistadas, o presente estudo foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Faculdade de Ciências da Saúde do Trairi (FACISA/UFRN) recebendo parecer favorável à sua execução (Número do Parecer: 5.356.592).

Nesse contexto, torna-se relevante que os/as profissionais de Serviço Social, considerando esta uma profissão socialmente legitimada com atuação pautada “na transversalidade das múltiplas expressões da Questão Social, na defesa dos direitos sociais e humanos e das políticas públicas que os materializam” (Iamamoto, 2004, p. 11), desenvolvam pesquisas acerca da realidade social na qual os/as usuários/as dos serviços públicos estão inseridos/as para fins de subsidiar processos investigativos, críticos e reflexivos com potencial de acarretar a compreensão acerca dos fenômenos que envolvem o antagonismo entre as classes sociais existentes, bem como a proposição e a defesa de melhorias em intervenções de políticas públicas direcionadas ao enfrentamento das manifestações da Questão Social vivenciadas pela população usuária.

No que concerne à estrutura teórico-metodológica, primeiramente, efetua-se uma concisa discussão sobre a Questão Social e o seu acirramento em âmbito nacional frente à pandemia de Covid-19. Em seguida, procede-se à apresentação da análise dos dados coletados, onde se realiza a avaliação dos resultados provenientes das entrevistas, acompanhada de uma análise crítica das conclusões decorrentes da pesquisa de campo. Esta análise se fundamenta nos princípios da teoria do Materialismo Histórico-Dialético e na análise da literatura especializada relacionada às temáticas investigadas. Este último segmento é complementado pelas considerações finais das pesquisadoras, encerrando, desse modo, o arcabouço desta pesquisa.

Questão Social e pandemia de Covid-19: breve discussão acerca dos acirramentos no período pandêmico

A Questão Social configura-se como o conjunto de desigualdades sociais oriundas do modo de produção capitalista — em sua face monopolista —, tendo sua origem no processo de industrialização, dando-se por meio da apropriação da riqueza socialmente produzida e exploração da força de trabalho do/a proletariado/a pela burguesia capitalista (Iamamoto, 2007).

Diversas correntes filosóficas, como o positivismo e o catolicismo, atribuem diferentes compreensões e intervenções frente à Questão Social. Dentre essas concepções, estão a naturalização de sua existência, a culpabilização dos indivíduos pelas condições nas quais se encontram e a fatalidade do fenômeno, o determinando como sendo a vontade soberana de Deus que não pode ser alterada. Essas compreensões desassociam a origem da Questão Social da organização da sociedade capitalista e das relações sociais, reduzindo-a a um mero problema de ordem moral (Grippa, 2021).

Nesse sentido, em uma sociedade de classes, é preciso compreender que o Estado é historicamente comandado pela hegemonia capitalista que o direciona conforme suas necessidades e interesses (Tonet, 1999). Observa-se, portanto, que as intervenções estatais frente à Questão Social se caracterizam desde os primórdios por medidas paliativas que têm a finalidade de manter o controle e as condições necessárias para a manutenção e reprodução da ordem social vigente (Arcoverde, 2006).

Para Santos (2012), o Estado desenvolveu importante papel na formação do capitalismo no Brasil — o qual se deu de forma tardia e dependente — ao se tornar seu principal agente econômico e político, utilizando do espaço público para viabilizar os interesses privados da burguesia, sendo esta, até os dias atuais, uma forte característica da realidade política brasileira.

Antes da promulgação da Constituição Federal do Brasil de 1988 (CF/88), a Questão Social era abordada principalmente por meio de repressão, violência institucional e assistencialismo. Com a atual Constituição em vigor, o enfrentamento das diversas manifestações dessa problemática foi reconfigurado, uma vez que o Artigo 6º da CF/88 estabeleceu uma série de direitos sociais, incluindo saúde, educação, alimentação, trabalho, assistência social e outros, criando um sistema abrangente de proteção social para todos os cidadãos brasileiros (Grippa, 2021).

Os direitos sociais, considerados de 2ª geração devido à necessidade de intervenção

positiva do Estado para sua realização, são implementados por meio de políticas públicas, ou seja, programas governamentais (Gotti, 2017). No contexto de conflito de classes, embora representem avanços conquistados pelos movimentos sociais, as políticas públicas podem ser vistas como medidas adotadas pelo Poder Público com o objetivo de assegurar condições sociais mínimas para a classe subordinada, visando a manutenção das relações sociais na sociedade capitalista.

Behring (2011) aprofunda essa análise crítica e destaca a natureza paliativa, contraditória, focalizada e universalizante das políticas públicas implementadas sob a influência do comando capitalista sobre o Estado, reforçando que tais políticas são originadas como concessões da hegemonia capitalista para servir aos seus próprios interesses.

Apesar do avanço constitucional no que se refere ao papel do Estado enquanto garantidor de proteção social, o cenário de crise sanitária, intensificado com a pandemia de Covid-19, e o avanço do neoliberalismo, é possível perceber a desresponsabilização estatal frente à garantia de direitos e elencá-los como potencializadores do acirramento da Questão Social no País, tendo em vista que para o enfrentamento da pandemia foi necessário, além de um sistema de saúde público e universal, a existência de um sistema de proteção social fortalecido que promova direitos sociais capazes de subsidiar a população em situação de maior vulnerável no processo de enfrentamento da crise, ou seja, é indispensável a garantia de renda, alimentação, moradia, trabalho, entre outros elementos (Mustafa, 2021).

A pandemia de Covid-19, no ano de 2020, chegou ao Brasil em um contexto de crise política, social e econômica, com diversos retrocessos sociais e constantes desmontes de políticas públicas por meio de contrarreformas arbitrárias, retorno do País ao mapa da fome, congelamento de gastos públicos, precarização e privatização de serviços. Somado a estes fatores, o cenário pandêmico ganhou forças com o negacionismo promovido, principalmente, pelo presidente Bolsonaro (na época), que minimizava os impactos da doença e se omite em formular estratégias para enfrentá-la de forma eficaz (Yazbek et al., 2021).

O negacionismo da doença pelo governo federal faz parte de uma estratégia governamental, mesmo que isso custe muitas vidas, ou seja, tem um propósito político que inclui lidar com a doença, promovendo praticamente o genocídio dos mais frágeis” (Yazbek et al., 2021, p. 7).

Nesse contexto, pode-se observar que em uma sociedade marcada por profunda desigualdade social, fenômenos como a pandemia não atingiu a todos/as da mesma maneira. Grupos sociais historicamente em situação de maior vulnerabilidade social, como pessoas em situação de rua, mulheres, idosos/as, população negra e indígena, pessoas com deficiência, jovens, comunidade LGBTQIAP+, desempregados/as e trabalhadores/as informais, imigrantes por exemplo, demandam maior proteção por parte do Estado, mas têm como desafios a burocratização e seletividade para acesso aos direitos sociais (Yazbek; Raichelis; Sant’ana, 2020).

Dessa forma, foi perceptível uma agudização da Questão Social em suas diversas expressões. De acordo com dados divulgados por meio do Ministério da Saúde (MS), um dos principais impactos da pandemia diz respeito ao número de mortos/as e infectados/as. Além de particularidades referentes às necessidades de saúde dos diversos grupos

societários, esse montante dá-se, também, em decorrência da insuficiência do Sistema Único de Saúde (SUS) em prestar uma cobertura qualitativa a todos/as os/as que foram infectados/as e na intensificação de campanhas de prevenção ao contágio, frente à realidade de constantes desmontes e desfinanciamento que ele recebe.

Outra manifestação da Questão Social acirrada pela pandemia diz respeito ao desemprego. Segundo dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), diante da pandemia do novo coronavírus, a taxa de desemprego atingiu seu recorde no mês de setembro de 2021 ao encerrar o mês com um contingente de 13,5 milhões de desempregados/as, aproximadamente 3,4 milhões a mais que o registrado no mês de maio do corrente ano, ou seja, uma alta de 33,1% no período. O desemprego entre jovens com idades entre 18 e 24 anos, no ano de 2020, também aumentou, chegando a atingir 27,1%, sendo mulheres negras e pardas as mais afetadas (C1, 2021).

No tocante à violência de gênero e doméstica/familiar, dados extraídos através de levantamento realizado pelo Datafolha e encomendado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) apontam que, durante o período da pandemia de Covid-19, houve diminuição da ocorrência de violência na rua e aumentam agressões dentro de casa. Uma a cada 4 mulheres, com idade mínima de 16 anos, afirma ter sofrido algum tipo de violência no último ano, ou seja, cerca de 17 milhões de mulheres no Brasil (24,4%) sofreram violência física, psicológica ou sexual no último ano (FBSP, 2021).

Outros importantes dados divulgados pela referida pesquisa dizem respeito às principais mudanças na rotina da população (homens e mulheres) em função da pandemia de Covid-19, onde 52,6% dos/as entrevistados/as afirmam que permaneceram mais tempo em casa e 48,0% declararam que a renda da família diminuiu; 44,4% afirmaram que o período da pandemia de Covid-19 significou também momentos de mais estresse no ambiente doméstico; 40,2% informaram que os/as filhos/as tiveram aulas presenciais interrompidas; 33,0% perderam o emprego e 30,0% tiveram medo de não conseguir pagar as contas.

Apesar do menor índice de isolamento social em grupos vulneráveis, essa medida de segurança contra o Covid-19 pode ter aumentado a violência intrafamiliar devido à redução dos espaços externos de convivência e ao convívio prolongado com potenciais agressores. Além disso, o impacto econômico, incluindo desemprego, inflação e aumento dos custos de vida, pode contribuir para conflitos familiares (Marques *et al.*, 2020). Assim, a Questão Social, abrangendo desigualdade, desemprego e violência doméstica, está interligada e requer intervenções multidisciplinares para seu enfrentamento.

No mundo, a criação e fortalecimento de políticas de trabalho, seguridade e assistência social puderam ser observadas como uma das principais medidas adotadas para diminuir os impactos econômicos promovidos pela pandemia na vida das pessoas pertencentes aos grupos supracitados, dentre estas cita-se as políticas de transferência de renda. No Brasil, por meio da articulação e pressão de grupos sociais, a principal política de transferência de renda adotada como medida econômica de enfrentamento à Covid-19 foi o Auxílio Emergencial (Marins *et al.*, 2021).

O Auxílio Emergencial (AE), instituído pela Lei nº 13.982, de 2 de Abril de 2020, destinou-se aos/às cidadãos/ãs com mais de 18 anos, aos/às beneficiários/as do Programa Bolsa Família

(PBF), às famílias e indivíduos inscritas/os no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), aos/as trabalhadores/as informais, aos/as microempreendedores/as individuais (MEI) ou contribuintes individuais da Previdência Social, com renda familiar mensal inferior a meio salário-mínimo per capita ou três salários mínimos no total, sendo proibido a inclusão de pessoas beneficiárias de outros programas sociais (com exceção do PBF) ou do seguro-desemprego (Brasil, 2020).

No contexto que envolve o neoliberalismo, é importante frisar que a execução de uma política de transferência de renda nos moldes do Auxílio Emergencial funciona como uma concessão estratégica do capitalismo com a função de conservar as condições necessárias para a produção do trabalho que gera lucro e conter possíveis manifestações contrárias ao fluxo do sistema. Para Behring e Boschetti (2021, p. 79):

Os programas assistenciais de “transferência de renda” são estratégias político-econômicas importantes para garantir minimamente a sobrevivência de trabalhadores(as), de modo a garantir sua disponibilidade para a exploração; para assegurar um fluxo básico de consumo, evitando um curto-circuito na rotação do capital, e para controlar socialmente o pauperismo e os comportamentos das “classes perigosas”.

Diante do exposto, novamente se destaca o caráter limitado e temporário das medidas governamentais, como o Auxílio Emergencial, no que se refere à cobertura e abordagem das questões sociais. Faleiros (2018) argumenta que as políticas sociais funcionam como uma série de medidas para lidar com várias expressões sociais na sociedade brasileira, servindo como compensações isoladas para as diferentes necessidades da classe trabalhadora, enquanto o Estado defende os interesses da classe dominante em oposição aos da classe subordinada.

Como brevemente mencionado, a pandemia de Covid-19 transcende o campo da saúde, amplificando desafios sociais, políticos e econômicos, tornando crucial aprofundar a análise sobre o atual cenário de desproteção social em âmbito local. Dessa forma, o próximo item apresenta e discute os achados na pesquisa de campo realizada junto às famílias de monoparentalidade feminina do território do João XXIII.

A pandemia e a Questão Social: vivências a partir da perspectiva de mulheres mães solo

Segundo os relatos extraídos de conversas com moradores/as do território e posterior pesquisa em materiais bibliográficos¹, o bairro João XXIII começou a ser formado em meados de 1962, quando o Bispo Dom Manoel Tavares cedeu à Prefeitura Municipal de Caicó terras em nome da Diocese Caicoense para a construção de casas populares distantes do centro da cidade, tendo por objetivo afastar a população pobre das áreas frequentadas pelas altas classes sociais do município.

Foi possível observar como essa histórica condição de vulnerabilidade social se apresenta: pauperismo, violências, ausência de saneamento básico e cobertura de políticas públicas fragilizadas, dificuldade de acesso a serviços e direitos sociais, precarização de

¹ A pesquisa foi realizada durante a vivência de uma das pesquisadoras enquanto Assistente Social do Programa de Residência Multiprofissional em Atenção Básica da Escola Multicampi de Ciências Médicas da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (EMCM/UFRN).

equipamentos sociais, adoecimento mental, grupos societários invisibilizados, estigmas que fortalecem a segregação social, dentre mais que, com base nos relatos coletados, parecem ter se naturalizado de tal forma que são reproduzidos de geração a geração, como é o caso do racismo. É um território marcado por vínculos informais com a predominância de trabalhadores/as autônomos/as, tais como costureiras, manicures, comerciantes de lojas de roupas, lanchonetes, borracharias, produtores e vendedores de produtos caseiros, entre outros. Assim como pessoas beneficiárias dos programas de transferência de renda da assistência social e previdenciários² (e-SUS, 2022).

As condições habitacionais no território parecem ser uniformes, com predominância de residências próprias, alugadas ou cedidas por familiares, de estrutura térrea e construídas com alvenaria. Muitas dessas habitações acomodam um número de moradores que excede sua capacidade, apresentando fragilidades estruturais e dificuldades de acesso às vias públicas, além de carecerem de saneamento básico, conforme indicado pelo e-SUS em 2022.

Ainda com base no relatório territorial do e-SUS em 2022, é notório que o bairro possui uma maioria feminina, com cerca de 52,85% da população sendo do sexo feminino, com uma faixa etária variando entre 1 e 80 anos ou mais. A autodeclaração étnico-racial aponta que aproximadamente 51,04% dos residentes se identificam como negros ou pardos, e aproximadamente 6,1% relatam ter alguma deficiência. Quanto à renda, o documento aponta para uma distribuição heterogênea, com 875 famílias possuindo renda familiar entre 1/4 do salário mínimo e 2 salários mínimos, enquanto 73 famílias têm renda acima de 3 salários mínimos. Além disso, há um contingente de pessoas que desconhecem a identidade de seus pais biológicos, com seis indivíduos afirmando desconhecer o nome da mãe e 402 declarando desconhecer o nome do pai.

No que diz respeito ao perfil social e socioeconômico das participantes da pesquisa, foram obtidas informações abrangentes a partir dos dados coletados, incluindo variáveis como idade, estado civil, nível de escolaridade, renda familiar e outras características relevantes. Com relação à faixa etária das 18 mulheres selecionadas para o estudo, verificou-se a seguinte distribuição: duas delas tinham idades entre 20 e 30 anos, duas estavam na faixa etária de 31 a 40 anos, três estavam entre 41 e 50 anos, e 11 apresentavam idade igual ou superior a 51 anos.

Quanto à autodeclaração étnico-racial, sete das entrevistadas se identificaram como pretas, seis como pardas e cinco como brancas. Em relação ao estado civil, oito responderam ser solteiras, seis eram viúvas e quatro estavam separadas.

² Ao revisar os dados sobre ocupações informais, foi necessário esclarecer a distinção entre os beneficiários da previdência social e da assistência social. Os/as beneficiários/as da previdência social são aqueles/as que contribuem formalmente para o sistema previdenciário, enquanto os beneficiários/as da assistência social são usuários/as de programas de transferência de renda, como o Bolsa Família. A maioria das mulheres entrevistadas no bairro João XXIII tem vínculos informais ou são usuárias dos serviços e benefícios da política de assistência social, o que reflete a dualidade e complexidade da realidade social, onde a informalidade do trabalho e a precarização das condições de vida se entrelaçam, exigindo uma análise cuidadosa das políticas públicas que visam atender essas populações.

No que concerne ao nível de escolaridade, a pesquisa inferiu uma realidade diversa, porém, que culmina no mesmo aspecto de ordem estrutural: a fragilidade de acesso à educação em áreas periféricas, fruto da elitização e sucateamento das políticas sociais. Com isso, duas das participantes eram analfabetas, oito não haviam concluído o ensino fundamental, seis possuíam ensino médio completo, sendo que uma delas tinha formação em Técnico de Enfermagem, uma apresentava ensino médio incompleto, e uma (1) havia frequentado o ensino superior, embora não tenha obtido a conclusão do curso.

Em relação ao número de filhos/as, cinco mulheres tinham pelo menos um (1) filho/a, sete delas tinham pelo menos duas filhos/as, três possuíam ao menos três filhos/as, duas tinham pelo menos quatro filhos/as e apenas uma (1) possuía mais de cinco filhos/as.

Quanto à renda familiar, observou-se uma diversidade de fontes de renda: para 12 das famílias, prevaleceram os direitos previdenciários: aposentadorias ou pensões; três famílias tinham vínculos empregatícios formais, enquanto três estavam inseridas no mercado informal. A renda total familiar de dez dessas famílias situava-se na faixa de 1 a 2 salários-mínimos, duas famílias possuíam uma renda superior a 2 salários-mínimos, e sete delas viviam com uma renda mensal inferior a 1 salário-mínimo. Contudo, é importante destacar que se considera que a população do bairro em voga é desprotegida do acesso à renda, uma vez que o sustento familiar é adquirido de programas sociais, como o “Bolsa Família”.³

Partindo para o objetivo geral de analisar os possíveis impactos da pandemia de Covid-19 na vida de famílias de monoparentalidade feminina que residiam no João XXIII, foi perguntado às entrevistadas se houveram casos de infecção pelo SARS-CoV-2 em seus grupos familiares. Quatorze delas responderam que ou se contaminaram ou tiveram casos positivos para a doença na família. Dentre os relatos, foram citadas situações como a dificuldade de conseguir cumprir o isolamento social no domicílio em decorrência da falta de cômodos para comportar todos os/as moradores/as de suas casas e a dor de não poder se despedir de parentes que foram a óbito.

Ainda na categoria de análise Covid-19, foi questionado às participantes se elas seguiram ou tentaram seguir medidas de segurança recomendadas pela Organização Mundial da Saúde (OMS) para prevenção da doença, como o uso de máscaras. 13 delas afirmaram que fizeram uso de máscaras somente durante a fase mais aguda da pandemia, enquanto as demais afirmam que mantêm o hábito e não pretendem parar de usar fora de casa. Ainda durante o diálogo sobre o assunto, observou-se a presença de discursos negacionistas que minimizavam a gravidade da pandemia e duvidavam da eficácia e segurança das vacinas contra a Covid-19.

O negacionismo se caracteriza como um fenômeno onde acontece uma negação de fatos históricos e científicos comprovadamente existentes: o discurso negacionista contesta a validade do conhecimento científico e de argumentos racionais ao defender com convicção a concepção de que todas as opiniões carregam o mesmo valor. Valendo-se de alegações fragmentadas a fim de explicar qualquer fato, os negacionistas colocam o senso comum como argumento que carregaria igual fundamentação teórica e empírica do conhecimento

³ Durante o período de pandemia, o programa denominado “Bolsa Família” foi redesignado como “Auxílio Emergencial”.

científico (Caruso; Marques, 2021).

Para Marques e Raimundo (2021), no Brasil, grupos identitários motivados por ideologias que contrariam as afirmações da ciência, fizeram uso tendencioso de redes sociais como o *WhatsApp*, *Facebook* e *Twitter* — denominado de “*Fake News*” — para disseminar falsas informações acerca da pandemia, defesa de falsos tratamentos precoces contra a doença e campanhas desestimulando a vacinação contra a Covid-19, levantando questionamentos sobre a segurança e eficácia das vacinas, fatos estes que podem ter contribuído para o aumento dos índices de automedicação e prejudicado o cumprimento do esquema vacinal dos/as brasileiros/as contra a Covid-19.

Ainda em conformidade com Marques e Raimundo (2021), nesse contexto, é possível apontar uma dicotomia da *internet*, visto que, ao passo que a rede de computadores potencialmente contribui para a divulgação da ciência e democratização das informações, também contribui para o fortalecimento do negacionismo ao dar espaço para a disseminação de informações falsas e fragmentadas.

Uma das principais marcas da pandemia foi a necessidade de se impor o isolamento social como medida para prevenção do contato humano com a doença. Dessa forma, a crise sanitária estendeu-se a diversos outros setores, como o mercado de trabalho, provocando transformações na dinâmica social capitalista ao reduzir a produção de diferentes atividades econômicas, aqui entendendo que tal crise não se dissocia da crise contemporânea, uma vez que são imbricadas. Nesse sentido, o acesso e consumo de serviços como restaurantes, salões de beleza e outros estabelecimentos comerciais foram reduzidos causando grande impacto na geração de renda de diversos trabalhadores autônomos. Dados divulgados pelo IPEA confirmam, a partir da realidade macrovivenciada no Brasil que essa parcela da classe trabalhadora é a mais prejudicada pela pandemia, sofrendo uma queda de 24% em seus rendimentos no segundo semestre de 2020 (Escórcio, 2021).

Frente ao cenário acima apresentado, pode-se elencar a fome e a insegurança alimentar como desdobramento da falta de acesso ao trabalho e das seguranças garantidas por ele, como o acesso à renda, mesmo que informais. Quando questionadas sobre o aumento exponencial dos preços de itens básicos para a sobrevivência humana, como os alimentos e remédios para tratamento de doenças crônicas, houve relatos sobre a convivência com a fome, a insegurança frente à incerteza de conseguir se alimentar todos os dias e comparações entre o poder de compra antes e depois do início da pandemia de Covid-19.

Em 2022, de acordo com o Segundo Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia de Covid-19 no Brasil (II VIGISAN), realizado pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede PENSSAN, 2022), apenas quatro em cada dez domicílios brasileiros se encontravam em situação de segurança alimentar, ou seja, vivenciam acesso pleno à alimentação. Em contrapartida, seis em cada dez famílias sofrem com a possibilidade de não ter alimentos ou já suportam situações de fome, o que, em números absolutos, indica que 125,2 milhões de brasileiros/as convivem com a insegurança alimentar em algum grau: leve, moderado ou grave. Um aumento de 7,2% se comparado ao ano de 2020 e de 60% em comparação com 2018.

Outros destaques da referida pesquisa são as características encontradas nas famílias das entrevistadas que vivenciam situações de fome ou insegurança alimentar, revelando, a partir da realidade macroestrutural brasileira, que fatores como gênero, raça/etnia e grau de escolaridade são determinantes nesse cenário, a saber: 53,2% dos lares nos quais seus/as representantes se autodeclararam brancos/as há segurança alimentar; nos lares comandados por pessoas pretas ou pardas, esse número cai para 35%; Em casas chefiadas por mulheres, durante a pandemia, houve um aumento da convivência com a fome que passou de 11,2% para 19,3%, enquanto que em lares chefiados por homens esse percentual cresceu de 7,0% para 11,9%; A fome é vivenciada em maior grau nos lares onde o/a responsável está desempregado/a (36,1%), trabalha na agricultura familiar (22,4%) ou possui emprego informal (21,1%); Há fome em 22,3% dos domicílios onde os/as responsáveis possuíam menos de 4 anos de estudo, em 2020 esse percentual era de 14,9%.

Para Xavier *et al.* (2021), os/as brasileiros/as já conviviam com a fome e insegurança alimentar antes mesmo da chegada da pandemia. De modo geral, essa realidade pode ser explicada como resultante da adoção, nos últimos anos, de uma série de políticas neoliberais que desmontam e enfraquecem o apoio do Estado à agricultura familiar, à reforma agrária, ao auxílio às populações em situação de maior vulnerabilidade social e do desemprego em massa, além do aumento dos preços dos alimentos básicos que compõem a dieta nutricional dos brasileiros.

Na ordem societária capitalista, o acesso e consumo de alimentos está atrelado ao acesso de dinheiro para comprá-los, dessa forma, a renda está associada à segurança alimentar. Jaime (2020) considera que os resultados de políticas sociais e econômicas voltadas ao aumento da renda das famílias é uma sólida evidência da capacidade que o Estado possui de enfrentar a situação e alcançar a redução da fome, se esse fosse seu interesse. Ainda segundo a autora, no contexto de pandemia, o necessário isolamento social somado à instabilidade das relações de trabalho e renda dificultaram ainda mais o acesso a alimentos, o que faz urgir a necessidade de fortalecimento da defesa a garantia de renda emergencial que possibilite aos/as brasileiros/as a segurança alimentar.

Diante da crise contemporânea do capital, que é aguçada pela crise sanitária, vários países adotaram programas, auxílios e outros benefícios de transferência de renda direcionados a populações vulneráveis como uma estratégia-chave para mitigar os impactos econômicos agravados pela pandemia.

No Brasil, essa estratégia se materializou através do Auxílio Emergencial (AE), destinado a trabalhadores informais, autônomos, microempreendedores individuais (MEIs) e beneficiários do Programa Bolsa Família que preenchessem os critérios estabelecidos, como idade mínima, renda, inscrição no Cadastro Único, entre outros. Inicialmente previsto para ser pago por três meses, com valores iniciais de R\$ 600,00 e R\$ 1.200,00 para mães solteiras, o programa foi prorrogado até 2021 em virtude do aumento significativo dos casos de Covid-19 no País e da preocupante falta de renda e insegurança alimentar enfrentadas por muitas famílias brasileiras (Cardoso, 2020).

Segundo o Ministério da Cidadania (2022), em dezembro de 2022, o AE atingiu o quantitativo de 55.263.465 milhões de pessoas e 21.601.185 de famílias beneficiárias em todo o Brasil. Em Caicó, o benefício contemplou 8.242 famílias em todo o município, tendo

por valor médio de repasse o quantitativo de R\$ 602,87 por benefício no mês supracitado. Ainda em âmbito local, todas as entrevistadas sem vínculo empregatício formal ou não beneficiárias da Previdência Social, conforme os critérios de acesso, receberam o AE e o avaliam de forma positiva no que diz respeito ao acesso e valor dele — embora algumas das participantes tenham críticas no que se refere aos critérios de inclusão, durabilidade e falta de fiscalização do uso desse benefício.

Sustenta-se a crítica de que, assim como as políticas sociais que têm seu caráter contraditório, as iniciativas governamentais — lembrando que são estratégias de governo e não de Estado — expõe sua estratégia capitalista/neoliberal de permitir o acesso da população ao mercado de trabalho e garantir a circulação econômica; em contrapartida, amenizar a fome via a possibilidade alçar uma sobrevivência mínima, e ainda, disseminar um discurso “de campanha” tomando como pano de fundo a miséria da população.

Frente ao cenário acima apresentado, percebeu-se como importante indagar sobre possíveis impactos que a pandemia de Covid-19 pode ter desencadeado sobre a saúde mental das participantes e suas famílias. Dessa forma, nessa categoria de análise, foi possível observar, dentre outros aspectos, contradição nos relatos das entrevistadas: quando questionado se perceberam algum impacto nesse âmbito durante a pandemia de Covid-19, como desenvolvimento ou agravamento de problemáticas como ansiedade e depressão, todas as entrevistadas afirmaram não ter sofrido impactos nessa área, embora, ao longo de seus discursos, tenham trazido relatos sobre aumento da convivência com o estresse, medo, preocupação, isolamento social e possíveis transtornos como a compulsão alimentar.

Outro importante fator observado durante o diálogo sobre esta categoria de análise foi a presença da espiritualidade e o exercício da religiosidade como atributos que contribuem para a regulação emocional das mulheres.

Ainda nessa categoria, chamou atenção discursos que apontaram para a solidão vivenciada tanto por mulheres idosas como por Pessoas Com Deficiência (PCD) e suas mães já antes do advento da pandemia. Entre os relatos coletados foi possível encontrar experiências que apontam para o isolamento, dificuldade de socialização e de exercício da cidadania por esse grupo populacional. Quando questionadas sobre se houve alteração em suas rotinas em decorrência da necessidade de isolamento social, discorreram sobre dificuldades já enfrentadas antes da pandemia por problemáticas como a violência doméstica, o abandono paterno, falta de acessibilidade, sobrecarga pela responsabilidade de cuidar dos/as filhos/as e barreiras para acesso às políticas e serviços de saúde.

O “modelo” patriarcal de família — ancorado no ideário tradicional e monogâmico — que designa a mulher a responsabilização pelo cuidado e gerenciamento doméstico, acarreta sobre elas, em diversos casos, uma sobrecarga mental pelo acúmulo de tarefas que envolvem alegrias e renúncias em diversos âmbitos de suas vidas. “O papel da mãe”, nessa organização social, é imposto como uma função natural para as pessoas do sexo feminino, cujas representações de gênero o determinam como sendo seu destino e essência (Soares; Carvalho, 2017).

Como supramencionado, segundo o e-SUS, o bairro João XXIII possui entre seus habitantes

402 pessoas que desconhecem o nome do pai, o que elucida o abandono de genitor e dos laços paternos como características históricas que realçam as marcas sexistas na sociabilidade vivenciadas no território. Esse dado se manifesta como um reflexo do cenário nacional, uma vez que, de acordo com a Central Nacional de Informações do Registro Civil (CRC), 167.285 crianças foram registradas sem o nome do pai em 2021. Segundo levantamento do IBGE, no País, 11,6 milhões de famílias são formadas por mães solo, ou seja, mães que criam seus filhos sozinhos sem apoio do genitor e, dentre estas, 57% vivem abaixo da linha da pobreza. Quando se faz recorte por raça, esse número sobe para 64%.

Nesse sentido, o impacto sobre a saúde mental nesse cenário de desigualdade pode se manifestar de forma mais acentuada sobre as mães de PCD, tendo em vista que elas assumem, em diversos contextos, o dever de cuidar e enfrentar, junto de suas crias, além do papel social de responsáveis pelo lar, as diversas barreiras sociais que inviabilizam o acesso a seus direitos e invisibilizam suas existências. É visto que a necessidade permanente de estar à disposição do/a filho/a para ajudar no atendimento às suas necessidades coloca essas mulheres em posições de isolamento em seus lares e afeta o desenvolvimento de suas vidas sociais, profissionais e econômicas.

O ciclo da invisibilidade instaurado a partir dessa condição se estrutura com base na lógica de que, como têm suas vidas limitadas ao espaço doméstico, tornam-se pouco vistas na comunidade e, conseqüentemente, perdem o reconhecimento de fazer parte desta, sendo ignoradas, então, pela comunidade, pela família e pelo Estado, sofrendo violações de direitos e violências, o que intensifica a sua função socialmente imposta de maternar exclusivamente (Soares; Carvalho, 2017).

Numa análise dialética, compreende-se que as decrépitas expressões da Questão Social apontadas acima têm sua gênese na complexa e contraditória relação de exploração e apropriação da força de trabalho dos proletários pela burguesia capitalista, berço da luta de classes, o qual se apropria do patriarcado e racismo numa tríade de opressão que as mulheres negras são as que mais sofrem esses rebaixamentos. Nesse sentido, foi questionado às entrevistadas se elas consideravam que a pandemia de Covid-19 poderia estar sendo vivenciada de forma diferente por pessoas de classes sociais distintas. Entre as respostas, foram observados discursos que demonstram certa consciência sobre os privilégios que o poder econômico assegura a uma das classes e discursos que não consideram a classe social e raça como fator determinante frente aos impactos da pandemia.

Diferente das demais categorias de análise trabalhadas, percebeu-se que o tema em discussão foi pouco desenvolvido pelas entrevistadas, que se posicionaram de forma objetiva, sem demonstrar interesse em aprofundar a reflexão, como aconteceu com questões anteriores.

A literatura aponta que, embora o vírus SARS-COV-2 não apresente seletividade contagiosa, determinantes sociais como classe, raça/etnia e gênero são determinantes no que se refere à forma como os impactos diretos e indiretos decorrentes da pandemia irão se manifestar para os diferentes grupos sociais, em razão das desigualdades socialmente produzidas no sistema capitalista que geram relações assimétricas de vantagens e desvantagens entre as classes (Santos, 2020). Para Estrela et al. (2020), embora o processo

de infecção se coloque de forma igualitária para todos, a diferença entre a convivência com o vírus pelos diferentes grupos societários está nas possibilidades de prevenção e assistência nos casos de agravamento de sinais, sintomas e impactos econômicos, por exemplo, pois no que tange à classe, foi possível observar ao longo da pandemia que baixos níveis de escolaridades e extrema pobreza estão associados a maior vulnerabilidade frente à Covid-19.

As categorias de classe, raça/etnia, gênero e sexo são fundamentais para entender as vulnerabilidades que afetam as mulheres chefes de família monoparentais no bairro João XXIII. A interseccionalidade entre essas dimensões revela como a pandemia exacerbou as desigualdades sociais e econômicas, especialmente para as mulheres negras e pardas. hooks (2015) destaca que a marginalização das mulheres negras é intensificada por essas múltiplas opressões, tornando-as mais suscetíveis ao desemprego, insegurança alimentar e violência doméstica. Essa análise é essencial para compreender a feminização da pobreza no Brasil, onde as mulheres negras e de classes mais baixas enfrentam maiores desafios para acessar direitos sociais e políticas públicas.

Com base no exposto, pode-se inferir que a classe social se mostra como um importante fator determinante da saúde visto que esta pode possibilitar a garantia de acesso a múltiplos recursos econômicos e sociais com potencial de evitar ou minimizar os riscos de contaminação pela doença ou ainda enfrentar suas consequências.

Considerações finais

O estudo ora desenvolvido permitiu identificar o aguçamento das expressões da Questão Social, como a desigualdade de gênero, a fome e a insegurança alimentar, o desemprego, o desmonte de políticas públicas e os processos de negação de direitos, os preconceitos raciais e de classe. Em contrapartida, também foram citados fenômenos com impactos que são ainda pouco discutidos dentro de tal arcabouço teórico e com impactos diretos e indiretos subestimados, como são os casos de adoecimento mental em decorrência de diversos fatores, como o isolamento social e a convivência em constante situação de vulnerabilidade social disparada pela insuficiência de renda, o negacionismo, o abandono paterno e os processos de invisibilidade postos determinados grupos sociais.

No bairro João XXIII, dentre outros, encontram-se mulheres, mães, pretas, jovens e idosas, trabalhadoras do mercado informal e doméstico com histórias de vida e experiências que não podem ser resumidas a estatísticas e necessitam de maior visibilidade, reconhecimento, respeito e validação do Estado e da sociedade. A análise das vulnerabilidades enfrentadas por essas famílias requer uma abordagem que considere as intersecções entre classe, raça/etnia e gênero/sexo. Essas dimensões são importantes para entender como as expressões da Questão Social se manifestam de maneira diferenciada, afetando desproporcionalmente as mulheres negras, que frequentemente enfrentam barreiras adicionais em termos de acesso a recursos e oportunidades. Entre essas trabalhadoras, muitas são beneficiárias da assistência social e não têm acesso a direitos previdenciários devido à informalidade de seus vínculos empregatícios.

Em contraste, existem também aquelas que, apesar de estarem em situação de vulnerabilidade, mantêm vínculos formais e, portanto, têm acesso a benefícios

previdenciários, como aposentadorias e pensões. Essa dualidade evidencia a complexidade da realidade social, onde a intersecção de classe, raça e gênero gera um contexto de opressão multifacetado, exigindo uma análise cuidadosa das políticas públicas que visam atender essas populações.

Em suma, é possível concluir que tais achados não são problemáticas novas vivenciadas pelos sujeitos na sociedade moderna, embora ocupem pouco espaço de discussões fora do campo das Ciências Humanas e Sociais. Todavia, o contexto de crise política e social somada ao advento da pandemia de Covid-19 apenas agravou suas expressões, demandando constantes processos investigativos e reflexivos que possam compreender suas nuances e propor estratégias para seu enfrentamento.

Referências

- ARCOVERDE, Ana C. B. Manifestações da Questão Social no Brasil. In: ALMEIDA, Angela M. de O. et al. (org.). **Violência, exclusão social e desenvolvimento humano: estudos em representações sociais**. Brasília, DF: Editora da UnB, 2006. p. 27–37.
- BEHRING, Eliane R. Desafios contemporâneos das políticas sociais. **Revista Katálisis**, v. 14, n. 1, p. 9–10, jan. 2011. Acesso em: 18 nov. 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1414-49802011000100001>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/wPYsZXxPJgwyxJGHBqwFmGj/>. Acesso em: 18 jun. 2025.
- BOSCHETTI, Ivanete; BEHRING, Eliane R. Assistência Social na pandemia da covid-19: proteção para quem? **Serviço Social & Sociedade**, n. 140, p. 66–83, jan. 2021. Acesso em: 10 set. 2022.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. Acesso em: 12 nov. 2023.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Covid-19 no Brasil**. 2023. Disponível em: https://qsprod.saude.gov.br/extensions/covid-19_html/covid-19_html.html. Acesso em: 8 set. 2023.
- CARUSO, Francisco; MARQUES, Adílio J. Essay on scientific denial in times of pandemic. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 11, p. e82101119538, 2021. DOI: 10.33448/rsd-v10i11.19538. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/19538>. Acesso em: 20 nov. 2022.
- CARDOSO, Bruno B. A implementação do Auxílio Emergencial como medida excepcional de proteção social. **Revista de Administração Pública**, v. 54, n. 4, p. 1052–1063, jul. 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/0034-761220200267>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rap/a/bxKszgD4DmnWc8HmFWw3Sqj/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 19 nov. 2022.
- CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina. **Panorama Social de América Latina**, Santiago, v. 1, 2020. Disponível em: https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/46687/8/S2100150_es.pdf. Acesso em: 11 set. 2023.

e-SUS. **Relatório Consolidado de Situação do Território**. 2022. Disponível em: <https://aps.saude.gov.br/ape/esus>. Acesso em: 22 dez. 2022.

ESCÓRCIO, Elisângela P. **Os impactos laborais sofridos pelo trabalhador autônomo durante a pandemia**, 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) – Centro Universitário do Planalto Central Aparecido dos Santos, Gama, 2021. Disponível em: <https://dspace.uniceplac.edu.br/bitstream/123456789/1707/1/Elisangela%20Pereira%20Escorcio.pdf>. Acesso em: 18 dez. 2022.

ESTRELA, Fernanda M. et al. Pandemia da Covid 19: refletindo as vulnerabilidades à luz do gênero, raça e classe. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 25, n. 9, p. 3431–3436, set. 2020. Acesso em: 17 dez. 2022. DOI <https://doi.org/10.1590/1413-81232020259.14052020>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/bbcZzgN6Sns8mNPjKfFYRhb/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 18 jun. 2025.

FALEIROS, Vicente P. **A política social do estado capitalista: as funções da previdência e assistência social**. 12. ed. Editora: Cortez, 2018.

FBSP – FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Visível e invisível: a vitimização de mulheres no Brasil**. 3. ed. São Paulo, SP: FBSP, 2021. 44 p.

GRIPPA, Tainá S. **Questão Social em Tempos da Pandemia da Covid 19: Desafios Postos à Proteção Social Brasileira**. 2021. 54f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) – Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ucs.br/xmlui/bitstream/handle/11338/9004/TCC%20Taina%20de%20Souza%20Grippa.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 20 nov. 2021.

GOTTI, Alessandra P. **Direitos sociais: fundamentos, regime jurídico, implementação e aferição de resultados**. São Paulo: Saraiva Educação SA, 2017.

G1. **Desemprego diante da pandemia bate recorde no Brasil em setembro, aponta IBGE**. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2020/10/23/no-de-desempregados-diante-da-pandemia-aumentou-em-34-milhoes-em-cinco-meses-aponta-ibge.ghtml>. Acesso em: 28 nov. 2021.

HOOKS, Bell. **Feminist theory: from margin to center**. 3. ed. New York: Routledge, 2015.

IAMAMOTO, Marilda V. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

IAMAMOTO, Marilda V. A questão social no capitalismo. **Revista Temporalis**, Brasília, ABEPSS, n. 3, 2004.

IAMAMOTO, Marilda V. **Serviço Social em tempo de Capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. São Paulo: Cortez, 2007

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Políticas sociais: acompanhamento e análise**. 28. ed. Brasília: Ministério da Economia, 2021. Disponível em:

https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/politicas_sociais/210826_boletim_bps_28.pdf. Acesso em: 16 dez. 2021.

JAIME, Patrícia C. Pandemia de Covid-19: implicações para (in)segurança alimentar e nutricional. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 25, n. 7, p. 2504–2504, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-81232020257.12852020>

MARINS, Mani T. et al. Auxílio Emergencial em tempos de pandemia. **Sociedade e Estado**, v. 36, n. 2, p. 669–692, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/s0102-6992-202136020013>. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/sociedade/article/view/33831>. Acesso em: 18 jun. 2025.

MARQUES, Emanuele S. et al. A violência contra mulheres, crianças e adolescentes em tempos de pandemia pela COVID-19: panorama, motivações e formas de enfrentamento. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 36, n. 4, p. e00074420, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/0102-311X00074420>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/SCYZFVKpRGpq6sXsX6Sftx>. Acesso em: 17 dez. 2022.

MARQUES, Ronualdo; RAIMUNDO, Jerry A. O negacionismo científico refletido na pandemia da covid-19. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, Boa Vista, v. 7, n. 20, p. 67–78, 2021. DOI: 10.5281/zenodo.5148526. Disponível em: <https://revista.ioles.com.br/boca/index.php/revista/article/view/410>. Acesso em: 20 nov. 2022.

MUSTAFA, Patrícia S. Os impactos sociais da pandemia e a (in)ação do Estado brasileiro: uma análise de políticas sociais. In: SGORLON, Claudiana T. da S. et al (org.). **Debates da Quarentena: elementos para reflexões no serviço social**. São Carlos: Pedro & João, 2021. p. 51-69.

REDE PENSSAN. **Segundo Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia de Covid-19 no Brasil (II VIGISAN)**. 2022. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/arquivos/2022/10/14/olheestados-diagramacao-v4-r01-1-14-09-2022.pdf>. Acesso em: 13 dez. 2022

SANTOS, J. A. F. Covid-19, causas fundamentais, classe social e território. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 3, p. e00280112, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1981-7746-sol00280>. Acesso em: 17 dez. 2022.

SANTOS, Josiane S. **Questão Social: particularidades no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2012.

SOARES, Alessandra M. M.; CARVALHO, Maria E. P. Ser mãe de pessoa com deficiência: do isolamento à participação social. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO 11.; WOMEN'S WORLDS CONGRESS, 13., 2020, Florianópolis, SC. **Anais Eletrônicos [...]**. Florianópolis, SC, 2020. Disponível em: http://www.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1499482236_ARQUIVO_Ser_maedepessoacomdeficiencia.pdf. Acesso em: 18 dez. 2022.

TONET, Ivo. Cidadania ou Liberdade. **Perspectivas**, São Paulo, n. 22, p. 85–94, 1999.

XAVIER, Gabriela T. P. et al. Dissecando a fome no Brasil durante a pandemia da COVID-19. **Caderno de Geografia**, Minas Gerais, v. 31, n. 2, p. 103–120, 2021. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/geografia/article/view/27026/18654>. Acesso em: 18 dez. 2022.

YAZBEK, Maria. C.; RAICHELIS, Raquel; SANT'ANA, Raquel. Questão social, trabalho e crise em tempos de pandemia. **Serviço Social & Sociedade**, Editorial, n. 138, p. 207–213, maio/ago. 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/0101-6628.209>. Disponível em: <https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/download/653/839>. Acesso em: 18 jun. 2025.

YAZBEK, Maria C. et al. A conjuntura atual e o enfrentamento ao coronavírus: desafios ao Serviço Social. **Serviço Social & Sociedade**, Editorial, n. 140, p. 5–12, 2021. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/0101-6628.234>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/7KdyBgqr46BS8KwYdvzSVgv/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 18 jun. 2025.

Submetido em: 16/10/2024

Aceito em: 28/4/2025